

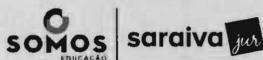
Sergio Pinto Martins

*Manual do*  
**FGTS**

5ª edição  
2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1779-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

Martins, Sergio Pinto

Manual do FGTS / Sergio Pinto Martins. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Fundo de garantia do tempo de serviço 2. Direito do trabalho I. Título.

17-0339

CDU 34:331.25

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito do trabalho : Fundo de garantia  
do tempo de serviço 34:331.25

**Presidente** Eduardo Mufarej  
**Vice-presidente** Cláudio Lensing  
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**

**Presidente** Carlos Ragazzo  
**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Gerência**

**Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller  
**Concursos** Roberto Navarro  
**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues

**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
 Luciana Cordeiro Shirakawa  
 Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
 Guilherme H. M. Salvador  
 Kelli Priscila Pinto  
 Marília Cordeiro  
 Mônica Landi  
 Tatiana dos Santos Romão  
 Tiago Dela Rosa

**Diagramação e revisão** Designios Editoriais

**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva  
**Capa** Tiago Dela Rosa  
**Produção gráfica** Marli Rampim  
**Impressão e acabamento** Bartira

**Data de fechamento da edição: 27-7-2017**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603297 CAE 620991

1107205

# Sumário

---

<i>Apresentação</i> .....	23
<i>Nota do autor</i> .....	25
<i>Introdução</i> .....	27
<b>1 Evolução histórica</b> .....	<b>31</b>
1.1 Introdução .....	31
1.2 O sistema de estabilidade e o FGTS .....	32
<b>2 Direito internacional e legislação estrangeira</b> .....	<b>43</b>
2.1 Notas introdutórias .....	43
2.2 Legislação estrangeira .....	43
2.2.1 Alemanha .....	43
2.2.2 Bélgica .....	44
2.2.3 Chile .....	44
2.2.4 Espanha .....	45
2.2.5 Estados Unidos .....	47
2.2.6 França .....	47
2.2.7 Holanda .....	47
2.2.8 Inglaterra .....	47
2.2.9 Itália .....	48
2.2.10 México .....	48

2.2.11	Portugal .....	48
2.2.12	Suíça .....	49
2.2.13	Uruguai .....	49
2.3	OIT .....	49
2.4	Conclusão .....	51
<b>3</b>	<b>Denominação .....</b>	<b>53</b>
3.1	Introdução .....	53
3.2	Denominação.....	53
<b>4</b>	<b>Conceito .....</b>	<b>55</b>
4.1	Conceito .....	55
4.2	Distinções de outras contribuições .....	57
4.2.1	PIS .....	57
4.2.2	Contribuição da Seguridade Social .....	58
4.2.3	Contribuições sindicais .....	58
4.3	Distinção de outros direitos trabalhistas .....	58
<b>5</b>	<b>Natureza jurídica .....</b>	<b>59</b>
5.1	Introdução .....	59
5.2	Natureza jurídica .....	60
5.2.1	Em relação ao empregado .....	60
5.2.1.1	Salário diferido .....	60
5.2.1.2	Salário social .....	61
5.2.1.3	Salário atual .....	64
5.2.1.4	Direito semipúblico .....	64
5.2.1.5	Crédito-compensação .....	65
5.2.1.6	Fundo contábil .....	65
5.2.1.7	Conclusão .....	66
5.2.2	Para o empregador .....	67
5.2.2.1	Multa .....	67
5.2.2.2	Obrigação convencional .....	67
5.2.2.3	Indenização .....	67
5.2.2.4	Teoria tributária .....	67
5.2.2.4.1	Imposto .....	68
5.2.2.4.2	Taxa .....	69

5.2.2.4.3	Imposto e taxa .....	70
5.2.2.4.4	Contribuição de melhoria .....	70
5.2.2.5	Teoria parafiscal .....	70
5.2.2.6	Teoria previdenciária .....	72
5.2.2.7	Contribuição .....	73
5.2.2.7.1	Denominação .....	73
5.2.2.7.2	A Emenda Constitucional n. 1/69 .....	78
5.2.2.7.3	O art. 149 da Constituição de 1988 .....	81
5.2.2.7.4	Espécie de contribuição social .....	86
5.2.2.8	Conclusão .....	87
<b>6</b>	<b>Autoaplicabilidade .....</b>	<b>93</b>
6.1	Autoaplicabilidade .....	93
6.2	Constitucionalidade .....	94
<b>7</b>	<b>Vantagens e desvantagens .....</b>	<b>97</b>
<b>8</b>	<b>Administração do FGTS .....</b>	<b>103</b>
8.1	Justificativa .....	103
8.2	Administração do FGTS .....	103
8.3	Centralização na CEF .....	110
8.4	Personalidade jurídica do FGTS .....	111
<b>9</b>	<b>Contribuintes .....</b>	<b>113</b>
9.1	Conceito de contribuinte .....	113
9.2	Contribuintes .....	113
9.2.1	Empregador rural .....	115
9.2.2	Dono de obra .....	116
9.2.3	Condomínios .....	117
9.2.4	Empregador doméstico .....	117
9.2.5	Entidades filantrópicas .....	117
9.2.6	Sindicatos .....	117
9.3	Sujeito ativo .....	118
<b>10</b>	<b>Beneficiários .....</b>	<b>119</b>
10.1	Beneficiários .....	119
10.1.1	Empregados rurais .....	119

10.1.2	Trabalhador avulso .....	121
10.1.3	Trabalhador temporário .....	121
10.1.4	Atleta profissional de futebol .....	122
10.1.5	Treinador profissional de futebol .....	124
10.1.6	Empregado público .....	125
10.1.7	Diretor não empregado .....	125
10.1.8	Técnicos estrangeiros .....	127
10.1.9	Trabalhadores contratados no Brasil para prestar serviços no exterior .....	128
10.1.10	Menor assistido .....	128
10.1.11	Autônomos e eventuais .....	129
10.1.12	Servidores estatutários e militares .....	129
10.1.13	Estagiários .....	129
10.1.14	Empregado doméstico .....	129
10.2	Espécie de contrato de trabalho .....	133
<b>11</b>	<b>Opção .....</b>	<b>135</b>
11.1	Opção .....	135
11.2	Transação do período anterior .....	138
11.3	Opção retroativa .....	140
11.4	Retratação da opção .....	142
<b>12</b>	<b>Depósitos .....</b>	<b>145</b>
12.1	Depósitos .....	145
12.2	Rescisão do contrato de trabalho .....	148
12.3	Capitalização dos juros .....	149
12.4	Impenhorabilidade .....	150
12.5	Comunicação dos depósitos .....	151
12.6	Despesa operacional .....	152
12.7	Requisitos para aplicação do FGTS .....	153
12.8	Falta de recolhimento do FGTS e rescisão indireta .....	155
12.9	Parcelamento .....	156
<b>13</b>	<b>Incidência e não incidência do FGTS.....</b>	<b>159</b>
13.1	Fato gerador .....	159
13.2	Base de cálculo .....	159

13.3	Alíquota do FGTS .....	161
13.4	Incidência .....	161
13.4.1	Abono de férias .....	162
13.4.2	Adicionais .....	162
13.4.3	Auxílio-doença .....	163
13.4.4	Comissões .....	163
13.4.5	Diretor não empregado .....	164
13.4.6	Décimo terceiro salário .....	164
13.4.7	Etapas .....	165
13.4.8	Gratificações legais .....	165
13.4.9	Gorjetas .....	166
13.4.10	Interrupção do contrato de trabalho .....	166
13.4.11	Plantação subsidiária .....	169
13.4.12	Repouso semanal remunerado .....	170
13.4.13	Salário-utilidade .....	170
13.5	Não incidência .....	172
13.5.1	Abonos .....	172
13.5.2	Abono de férias .....	173
13.5.3	Aeronauta .....	173
13.5.4	Ajuda de custo .....	173
13.5.5	Assistência médica ou odontológica paga pela empresa .....	176
13.5.6	Auxílio-doença .....	176
13.5.7	Aviso-prévio indenizado .....	176
13.5.8	Benefícios da Previdência Social .....	179
13.5.9	Bolsa de aprendizagem .....	179
13.5.10	Bolsa de estudos dos estagiários .....	179
13.5.11	Cessão de direitos autorais .....	180
13.5.12	Complementação de auxílio-doença .....	180
13.5.13	Despesas com veículo .....	180
13.5.14	Despesas de transferência .....	180
13.5.15	Diárias .....	180
13.5.16	Dirigente sindical .....	181
13.5.17	Falência e recuperação judicial .....	182
13.5.18	Férias indenizadas .....	182

13.5.19	Ganhos eventuais .....	183
13.5.20	Gestante .....	183
13.5.21	Greve ilegal .....	183
13.5.22	Incentivo à demissão .....	183
13.5.23	Indenização .....	184
13.5.24	Indenização do art. 9º da Lei n. 7.238, de 29 de outubro de 1984 .....	184
13.5.25	Indenização do art. 14 da Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973 .....	184
13.5.26	Indenização do art. 479 da CLT .....	185
13.5.27	Indenização de 20 ou 40% sobre os depósitos do FGTS .....	185
13.5.28	Indenização do tempo de serviço .....	185
13.5.29	Licença-paternidade .....	185
13.5.30	Licença-prêmio indenizada .....	187
13.5.31	Multas .....	187
13.5.32	Multa do § 8º do art. 477 da CLT .....	188
13.5.33	Participação nos lucros ou resultados .....	188
13.5.34	Plano educacional.....	197
13.5.35	Prêmio .....	197
13.5.36	Previdência complementar .....	197
13.5.37	Prestação de vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho para a prestação dos respectivos serviços .....	198
13.5.38	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) .....	198
13.5.39	Plano de demissão voluntária .....	198
13.5.40	PIS .....	199
13.5.41	Quebra de caixa .....	199
13.5.42	Reembolso-creche .....	200
13.5.43	Salário-família .....	200
13.5.44	Suspensão do contrato de trabalho .....	200
13.5.45	Trabalhadores da agroindústria .....	201
13.5.46	Treinamento profissional .....	201
13.5.47	Utilidades .....	202

13.5.48	Vale-transporte .....	202
13.5.49	Valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho .....	203
13.5.50	Verba de quilometragem .....	203
13.5.51	Verba de representação .....	204
13.6	Conclusão .....	204
<b>14</b>	<b>Prazo de recolhimento .....</b>	<b>205</b>
14.1	Prazo .....	205
14.2	Atualização monetária .....	206
14.2.1	Correção monetária do FGTS .....	206
	TR: .....	209
	INPC: .....	209
14.2.2	Correção monetária no atraso no recolhimento .....	216
14.3	Juros .....	217
14.4	Multa de mora .....	217
14.5	Generalidades .....	218
<b>15</b>	<b>Saques .....</b>	<b>221</b>
15.1	Saques .....	221
15.1.1	Na Lei n. 5.107 .....	221
15.1.2	Na Lei n. 7.839 .....	222
15.1.3	Na Lei n. 8.036 .....	223
15.2	Diretor não empregado .....	234
15.3	Levantamento pelo empregador .....	235
15.4	Rescisão do contrato de trabalho .....	235
15.5	Rescisão de empregado com período anterior à opção .....	237
15.6	Rescisão antecipada do contrato de trabalho por tempo determinado .....	237
15.7	Rescisão do contrato de obra certa .....	238
15.8	Incidência do Imposto de Renda no saque .....	239

<b>16</b>	<b>Indenização .....</b>	<b>241</b>
16.1	Evolução da legislação .....	241
16.2	Natureza jurídica .....	243
16.3	Depósito na conta vinculada .....	243
16.4	Autoaplicabilidade .....	247
16.5	Culpa recíproca ou força maior .....	249
16.6	<i>Factum principis</i> .....	250
16.7	Rescisão do contrato de trabalho .....	250
16.7.1	Acordo.....	250
16.8	Aposentadoria .....	251
16.9	Falecimento do trabalhador .....	251
16.10	Morte do empregador .....	251
16.11	Rescisão antecipada de contrato por tempo determinado .....	253
16.12	Diretor não empregado .....	253
16.13	Empregado doméstico .....	254
16.14	Falência e recuperação judicial .....	254
16.15	Saque para aquisição de moradia própria e indenização de 40% .....	255
16.16	Atualização dos depósitos da conta vinculada .....	259
16.17	Momento de cálculo da indenização .....	259
<b>17</b>	<b>Decadência .....</b>	<b>261</b>
17.1	Conceito .....	261
17.2	Distinção .....	261
17.3	Decadência do FGTS .....	262
17.4	Contagem de prazo .....	263
<b>18</b>	<b>Prescrição .....</b>	<b>265</b>
18.1	Considerações iniciais .....	265
18.2	Prescrição .....	265
18.2.1	História .....	265
18.2.2	Conceito .....	266
18.2.3	Requisitos da prescrição .....	267
18.2.4	Prescrição do direito de ação .....	267
18.2.5	Arguição .....	268

18.2.6 FGTS .....	268
18.2.7 A prescrição no direito do trabalho .....	269
18.2.8 A prescrição do FGTS para o empregador .....	270
18.2.9 A prescrição do FGTS para o empregado .....	277
18.2.10 A Súmula 206 do TST .....	282
<b>19 Competência .....</b>	<b>287</b>
<b>20 Fiscalização do FGTS .....</b>	<b>291</b>
20.1 Fiscalização .....	291
20.2 Infrações e multas .....	292
20.3 Procedimentos de fiscalização .....	293
20.4 Cobrança .....	294
20.5 Fiscalização pelo sindicato .....	295
20.6 Preferência .....	296
20.7 Certificado de Regularidade .....	297
<b>21 Conclusão .....</b>	<b>299</b>
21.1 Tabela de incidências (INSS, FGTS e IRF).....	306
<i>Referências bibliográficas .....</i>	311
<i>Índice alfabético-remissivo .....</i>	317